

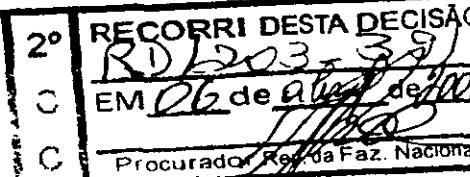


MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **11020.001965/96-03**
Acórdão : **203-06.955**

Sessão : **05 de dezembro de 2000**
Recurso : **114.354**
Recorrente : **SOPRANO ELETROMETALÚRGICA E HIDRÁULICA LTDA**
Recorrida : **DRJ em Porto Alegre - RS**



PIS – MULTA DE MORA – RECOLHIMENTO ESPONTÂNEO – INAPLICABILIDADE – Desde que o recolhimento espontâneo é um dos requisitos previstos no art. 138 do CTN, descabe a aplicação da penalidade ao infrator, inclusive a multa de mora. **Recurso providenciado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso impetrados pela **SOPRANO ELETROMETALÚRGICA E HIDRÁULICA LTDA.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2000

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Mauro Wasilewski
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Renato Scalco Isquida, Augusto Borges Torres, Lina Maria Vieira, Daniel Correa Homem de Carvalho, Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente) e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Imp/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **11020.001965/96-03**

Acórdão : **203-06.955**

Recurso : **114.354**

Recorrente : **SOPRANO ELETROMETALÚRGICA E HIDRÁULICA LTDA.**

RELATÓRIO

Trata-se de lançamento da Contribuição ao PIS, mantido pela DRF de Alegre - RS, que ementou sua decisão da seguinte forma:

“Ementa: **MULTA DE OFÍCIO** – Reduz-se a multa de ofício de 75% pela retroação benigna de norma tributária penal mais contribuinte.

A denúncia espontânea, a que se refere o art. 138 do CTN, pressupõe somente a confissão da dívida, mas também o pagamento do tributo devidamente corrigido, dos juros de mora e, também, da multa moratória de natureza compensatória desta última.

LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE”.

Em seu recurso, a Recorrente entende que não há suporte legal para a redução da multa de mora no caso de recolhimento espontâneo, na hipótese do art. 138, que transcreve doutrina e jurisprudência sobre a matéria.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **11020.001965/96-03**

Acórdão : **203-06.955**

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

Na espécie, o Fisco quer cobrar multa de mora relativa a débito espontaneamente pela Recorrente.

O art. 138 do CTN exclui, no caso da denúncia espontânea, qualquer penalidade ao infrator. Inclusive no seu texto o que se exige é “o pagamento do tributo e dos juros de mora”, ou seja, não foi mencionada a multa de mora.

Ora, em qualquer idioma a multa, mesmo que escrita e/ou prazos diferentes formas, é uma penalidade.

Assim, é cediço que a norma jurídica que regula a denúncia espontânea exclui qualquer penalidade ao infrator, inclusive a multa de mora. Frise-se, por oportuno, que este entendimento já está consolidado pela jurisprudência pretoriana.

Diante do exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2000

MAURO WASILEWSKI